

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/37255</b>	<b>49515/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - DFOP - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## DESPACHO

**Processo:** 35121/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Processo:** 35121/2025

**Assunto:** Obras de conservação – Muro

**Local:** Gaveto da Rua Velha de Barros, n.ºs 26/28 e Rua da Fonte, Gualtar

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33930 de 17 de Outubro de 2025.

### RESOLUÇÃO

De acordo com a informação que antecede, propõe-se:

1. A notificação aos proprietários, do muro em apreço, nos seguintes termos:
  - De acordo com o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança, de salubridade e ao arranjo estético, bem como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, sendo o proprietário, perante o Município, o único responsável pela realização das mesmas.
  - No âmbito de uma vistoria efetuada ao local em apreço, realizada por técnicos deste Município, nos termos da legislação atrás referida, foi elaborado Auto de Vistoria, de 14 /10/2025, cuja cópia segue sob “Anexo I”.
  - Dado o estado em que se encontra o muro em questão, com vista a serem repostas as condições de segurança naquele local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua



redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de obras de conservação, elencadas no ponto 3, do auto de vistoria atrás mencionado, pelo que, dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual

- Findo o prazo, sem que V. Exas se pronunciem, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo, a partir daí, do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, para executarem as obras /trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a vossas expensas, nos termos da lei.
- Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.
- Caso preveja ocupação da via publica deverá solicitar a respetiva licença
- Alerta-se V. Exas para a responsabilidade civil e criminal que lhes possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.

2. Quanto ao reclamante e Junta de Freguesia deverá ser-lhes comunicado o seguinte:

- Em sequência da exposição de V. Ex<sup>a</sup>, foi realizada, pelo Município, vistoria ao local em apreço, nos termos da legislação o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e elaborado o respetivo auto.
- Dado o estado em que se encontra o muro em questão, com vista a serem repostas as condições de segurança naquele local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de obras de conservação, elencadas no referido auto de vistoria atrás mencionado, dispondo os seus proprietários do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual
- Findo o prazo, sem haja pronúncia, presume-se a aceitação do projeto de decisão, que se converterá automaticamente em decisão final, dispondo o proprietário, a partir daí, do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, para executar as obras/trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas daquele.
- Os proprietários do muro foram, ainda, alertados para a responsabilidade civil e criminal que lhes possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.



**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

